

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.452 - SP (2020/0055747-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -  
MG056526  
KAROLINE CRISTINA BARBEIRO - SP334353  
MAGNA RODRIGUES DE SOUZA - SP338225  
RICARDO LOPES GODOY - SP321781  
**RECORRIDO** : ALZIRA MILOCH  
**ADVOGADOS** : EDUARDO DE MARTINO LOURENÇÃO - SP225240  
HEBERT PIERINI LOPRETO - SP222541  
RENATO BUENO DE SOUZA FILHO E OUTRO(S) - SP305080  
**INTERES.** : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CADERNETA DE POUPANÇA – EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO

- Diferimento da taxa judiciária
- Possibilidade
- Inteligência do artigo 18 da Lei 7.347/85 c.c. inciso III do artigo 4º da Lei 11.608/03
- Desnecessidade da comprovação da associação da poupadora ao IDEC
- Autorização imprescindível somente quando a entidade associativa visa proteção de interesses exclusivos dos seus filiados
- Inteligência do artigo 2º-A da Lei 9.494/97
- Matéria pacificada pelo STJ em sede de recurso repetitivo
- Legitimidade ativa configurada
- Inocorrência da prescrição
- Aplicação da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e do informativo 0484 do Superior Tribunal de Justiça
- Ação proposta após o prazo quinquenal
- Existência de cautelar de protesto interruptivo do lapso prescricional
- Legitimidade ativa do parquet para o ajuizamento da mencionada medida cautelar
- Inteligência da alínea 'c' do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar 75/1993 c.c. os artigos 82 e 83 do Código de Defesa

do Consumidor

– Inocorrência da prescrição

– Recurso provido.

**INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS EXECUÇÃO INDIVIDUAL**

Julgamento com fulcro no parágrafo 3º do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil Suspensão determinada nos autos do Recurso Extraordinário 632.212/SP pelo Ministro Gilmar Mendes Decisão que apenas diz respeito ao objeto daquele recurso, qual seja, o Plano Collor II A presente demanda refere-se ao Plano Verão Ausência de cláusula no acordo coletivo homologado acerca do sobrestamento das execuções individuais em curso Eficácia erga omnes da sentença proferida na ação coletiva A credora pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio Prescindibilidade da prévia liquidação do julgado A apuração do quantum debeatur depende de meros cálculos aritméticos Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito Incidência do percentual de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989 Cabimento da inclusão dos expurgos posteriores de forma reflexa Entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo Incidência dos juros moratórios a partir da citação nos autos da ação civil pública Inteligência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro Possibilidade do arbitramento dos honorários advocatícios Subsunção à Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça Os juros remuneratórios não podem ser computados no cálculo da dívida Recurso provido, para os fins de desconstituir a sentença e julgar parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

Apreciando novamente a necessidade de prévia liquidação do título judicial oriundo da ação civil pública, tema julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob o regime de recurso especial repetitivo - Código de Processo Civil (CPC) de 2015, artigo 1.030, inciso II -, o Colegiado originário proferiu acórdão assim ementado:

**APELAÇÃO MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973**

Existência do Acórdão proferido nos autos do Recurso Especial, representativo da controvérsia 1.247.150/PR O julgado de fls. 280/307 não divergiu da orientação do Superior Tribunal de Justiça Decisão que não aplicou a supracitada sanção Necessidade da prévia liquidação Matéria não afetada para os fins do artigo 1.036 do Novo

Estatuto Adjetivo Civil Irrelevância do entendimento desta Câmara sobre a liquidez da sentença condenatória Análise da controvérsia referente à Ação Civil Pública movida pela Apadeco contra o Banestado Demanda coletiva diversa da objeto da presente execução Posicionamento emanado pelo Acórdão de fls. 280/307 mantido Recurso provido.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 240, 485, 487, 494, 502, 503, 509, 523 e 524 do CPC e os artigos 202, 204 e 206 do Código Civil. Aponta divergência jurisprudencial. Argumenta que a parte credora não possui legitimidade para pleitear a execução do título judicial oriundo da ação civil pública. Suscita prescrição da pretensão executiva. Afirma a imprescindibilidade da liquidação do título judicial oriundo da ação civil pública. Explica que o débito deve ser corrigido monetariamente com base nos índices de remuneração de valores mantidos em conta de poupança, sem a inclusão de expurgos inflacionários decorrentes da implementação de planos governamentais de estabilização econômico-monetária posteriores ao plano Verão (janeiro de 1989). Reclama de ofensa à coisa julgada e de enriquecimento ilícito. Sustenta que o cálculo da correção monetária deve considerar, para fevereiro de 1989, o índice de 10,14%. Aduz que os juros de mora devem incidir a partir da citação na execução. Pretende o afastamento dos juros remuneratórios.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do

# *Superior Tribunal de Justiça*

mérito dos recursos especiais repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora